

**Prosegur Brasil S.A. – Transportadora de Valores e
Segurança**

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota	2012	2011		Nota	2012	2011
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	42.695	41.208	Fornecedores		86.622	53.354
Contas a receber de clientes	6	441.010	267.442	Arrendamento mercantil e empréstimos	13	51.333	10.471
Impostos a recuperar		57.663	1.319	Debêntures	14	42.004	-
Seguros a apropriar		12.924	11.467	Salários e encargos sociais		115.330	60.395
Almoxarifado		6.256	2.659	Provisão de férias e encargos		114.389	60.337
Depósitos judiciais	8	80.669	24.653	Impostos e contribuições		33.201	6.393
Outros		45.787	27.439	Provisões para contingências	16	70.012	31.167
		687.004	376.187	Obrigações por compra de participações	17	2.000	58.174
				Outros		5.960	3.278
						520.851	283.569
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Arrendamento mercantil e empréstimos			
Crédito com partes relacionadas	19	199.558	36.968	Debêntures	14	190.664	-
Impostos diferidos	7	291.492	86.818	Provisões para contingências	16	267.507	120.778
Depósitos judiciais	8	38.447	48.836	Obrigações por compra de participações	17	6.762	40.928
Créditos a receber de terceiros	9	78.254	58.811	Débitos com partes relacionadas	19	1.873	26.680
Outros		10.809	235	Impostos diferidos	7	218.958	37.608
		618.560	231.668	Impostos e contribuições		64.013	9.657
						759.140	242.621
Investimentos	10	4.596	31.911	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	11	252.699	187.540	Capital social		332.089	332.089
Intangível	12	988.872	271.213	Adiantamentos para aumento de capital		668.990	-
Total do Ativo Não Circulante		1.864.727	722.332	Reserva de incentivos fiscais		562	562
				Reserva de reavaliação		1.828	2.677
				Reserva de lucros		268.271	237.001
						1.271.740	572.329
Total do ativo		2.551.731	1.098.519	Total do passivo e patrimônio líquido		2.551.731	1.098.519

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota	2012	2011
Receita líquida de prestação de serviços	21	1.944.462	1.413.796
Custo dos serviços prestados		<u>(1.464.344)</u>	<u>(1.082.881)</u>
Lucro bruto		<u>480.118</u>	<u>330.916</u>
Despesas comerciais		(25.645)	(19.224)
Despesas gerais e administrativas		(194.027)	(143.135)
Despesas Tributárias		(1.251)	(1.063)
Amortização do intangível		(57.818)	(20.263)
Resultado de equivalência patrimonial		<u>44.179</u>	<u>1.890</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>245.556</u>	<u>149.121</u>
Despesas financeiras		(55.960)	(9.638)
Receitas financeiras		<u>11.738</u>	<u>3.009</u>
Receita (despesas) financeiras líquidas	22	<u>(44.222)</u>	<u>(6.629)</u>
Resultado antes dos impostos		201.334	142.492
Imposto de renda e contribuição social	23	<u>(43.251)</u>	<u>(48.481)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>158.083</u>	<u>94.011</u>
Lucro líquido por ação básico e diluído (Em R\$)		<u>1.098,19</u>	<u>653,09</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Capital Social Integralizado	Adiantamento para aumento de Capital	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Reavaliação	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
					Legal	Lucros Retidos		
Saldos em 31 de dezembro de 2010	332.089	-	562	3.999	14.437	127.231	-	478.318
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(1.322)	-	-	1.322	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	94.011	94.011
Reserva legal	-	-	-	-	4.701	-	(4.701)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	90.632	(90.632)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	332.089	-	562	2.677	19.138	217.863	-	572.329
Adiantamentos para aumento de capital	-	668.990	-	-	-	-	-	668.990
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(849)	-	-	849	-
Atualização passivo atuarial - CPC 33	-	-	-	-	-	-	(4.957)	(4.957)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	158.083	158.083
Constituição reserva legal	-	-	-	-	6.480	-	(6.480)	-
Juros sobre capital distribuídos	-	-	-	-	-	-	(28.482)	(28.482)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(37.901)	(37.901)
Dividendos s/ lucros gerados em anos anteriores	-	-	-	-	-	(56.322)	-	(56.322)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	81.112	(81.112)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	332.089	668.990	562	1.828	25.618	242.653	-	1.271.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	158.083	94.012
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	100.913	56.212
Provisão para devedores duvidosos	3.892	3.904
Provisões para contingências líquidas	59.574	48.934
Ganhos na venda de imobilizado	-	489
Equivalência patrimonial	(44.178)	(1.890)
Impostos diferidos	(4.488)	(8.095)
Juros e variações monetárias líquidas	37.528	6.627
	<u>311.324</u>	<u>200.193</u>
(Aumento) redução de ativos		
Contas a receber de clientes	(67.826)	(94.720)
Impostos a recuperar	(33.156)	(2.547)
Almojarifado	(1.805)	1.695
Depósitos judiciais e cauções	(9.635)	(15.362)
Impostos diferidos sobre alocação de ágio e diferido de empresa incorporada	-	10.275
Outros	(31.074)	(45.869)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	24.583	14.573
Impostos e contribuições	(29.701)	(7.277)
Contingências de empresa incorporada e outros	-	24.285
Pagamento de contingências	-	(30.684)
Outros	(6.486)	24.474
	<u>156.224</u>	<u>79.036</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	156.224	79.036
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de ativo imobilizado	(782.591)	(41.449)
Aquisição de participações societárias	264.614	(77.852)
Ingresso (pagamento) de obrigações por compra de participações	292.449	84.558
Alienações de ativo imobilizado	(208)	6.588
Caixa adquirido nas incorporações	71.084	-
Escrow Transpev	-	(32.812)
Aumento de capital em controladas	(273.175)	-
	<u>(427.827)</u>	<u>(60.967)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(427.827)	(60.967)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamentos para aumento de capital	668.990	-
Ingresso (pagamento) de empréstimos e financiamentos, líquido	25.424	(24.548)
Ingresso (pagamento) de mútuos entre partes relacionadas, líquido	(116.114)	-
Captação de debêntures	230.000	-
Pagamentos das debêntures	(10.677)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(122.705)	-
Atualização passivo atuarial - CPC 33	(4.957)	-
Cessão de dívida	(396.871)	-
	<u>273.090</u>	<u>(24.548)</u>
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamento	273.090	(24.548)
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa	1.487	(6.479)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	41.208	47.687
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>42.695</u>	<u>41.208</u>
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa	1.487	(6.479)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	<u>12/2012</u>	<u>12/2011</u>
Resultado líquido do período	158.083	94.011
<i>Ganhos e perdas atuariais</i>	<i>(4.957)</i>	<i>-</i>
Resultado abrangente do período	<u>153.126</u>	<u>94.011</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Prosegur Brasil S.A. - Transportadora de Valores e Segurança (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Seu objeto social é a prestação de serviços de logística e transporte de valores, envolvendo dinheiro, documentos, títulos de crédito, metais preciosos, em barras ou amoadados, e outros valores e objetos conversíveis em dinheiro, atuando, ainda, na manipulação, guarda e custódia de valores, contagem de numerário, arquivos físicos e eletrônicos, preparação de documentos compensáveis, manualmente ou por meio eletrônico, administração de pagamentos e recebimentos, manutenção de equipamentos e administração de caixas bancários automáticos (ATM), dentre outros.

Atualmente possui 115 filiais distribuídas em 26 Estados do Brasil, contando com um efetivo de 47.365 colaboradores (25.322 em 2011).

Baseando-se sempre em rigorosos processos de seleção, capacitação e reciclagem de seus colaboradores e dentro do conceito de segurança integrada, oferece através do segmento vigilância ativa, produtos direcionados a atender, de forma customizada, todas as possíveis demandas de serviços relacionadas com vigilância física e eletrônica, envolvendo proteção pessoal e do patrimônio, escolta de cargas e sistemas eletrônicos, bem como assessoramento aos clientes na definição e avaliação de procedimentos, planos e sistemas de segurança.

Aquisições de controladas

Combinações de negócios

Em 31 de outubro de 2011, a Companhia concluiu a aquisição de 100% da Empresa Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda, com atuação no segmento de Transporte de Valores e de Segurança Patrimonial na região Norte do País.

A aquisição de controle da Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda. permitirá à Companhia maior participação no mercado da região Norte do País, através do acesso à base de clientes da Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda.

Nos 2 meses até 31 de dezembro de 2011, a Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda contribuiu com um resultado de R\$ 626. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011, a Administração estimou que a contribuição para o resultado do exercício teria sido de R\$ 7.622.

Aquisição do Grupo Nordeste

Em 01 de março de 2012 foi concluída a aquisição do “Grupo Nordeste”, empresa do mesmo segmento com atuação predominantemente na Região Nordeste do Brasil.

A aquisição do referido Grupo permitiu a Companhia ampliar sua base de atuação territorial em uma região ainda sem negócios da “Companhia”. Com esta aquisição a Companhia marca fortemente sua presença na região Nordeste consolidando sua posição de liderança no seu mercado de atuação firmando-se como a maior empresa no segmento de transporte de valores, vigilância patrimonial e segurança pessoal do país.

O Grupo adquirido é composto por nove empresas, sendo que oito delas estão na região Nordeste e uma com atuação no Estado de São Paulo. As empresas adquiridas foram: Nordeste Segurança de Valores Paraíba Ltda, Nordeste Segurança de Valores Alagoas Ltda, Nordeste Segurança de Valores Rio Grande do Norte Ltda, Nordeste Segurança de Valores Ceará Ltda, Nordeste Segurança de Valores Bahia Ltda, Nordeste Segurança de Valores Sergipe Ltda, Nordeste Segurança de Valores Piauí Ltda, Nordeste Transporte de Valores Ltda, Transbank Segurança e Transporte de Valores Ltda.

Preço de Aquisição Contratual.

O valor de aquisição do “Grupo Nordeste” totalizou R\$ 469.571, sendo que parte dos recursos para referida aquisição foram captados através de emissão de debêntures pela própria Companhia, conforme nota explicativa 14.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia efetuou a cessão do saldo remanescente da dívida por compra das empresas Nordeste, no montante de R\$ 356.390, à sua controladora TSR Participações Societárias S.A., cujo passivo correspondente foi objeto de adiantamento para futuro aumento de capital, em caráter irreversível.

Ativos Identificáveis e Passivos Assumidos

	Transbank	Bahia	Sergipe	Alagoas	Pernambuco	Paraíba	Rio Grande do Norte	Ceará	Piauí	Total
Caixa e equivalentes de caixa	10.016	7.385	1.247	2.470	3.010	419	1.599	1.135	338	27.619
Contas a receber de clientes e outros créditos	84.540	90.681	26.245	53.442	52.168	35.979	26.549	24.621	14.093	408.317
Estoques	159	630	145	79	478	213	118	117	66	2.006
Imobilizado	10.300	9.727	1.855	5.188	28.092	3.605	2.607	1.699	1.298	64.371
Intangíveis	-	1.025	342	24.979	684	684	684	-	683	29.079
Fornecedores e outras contas a pagar	(84.451)	(119.133)	(22.808)	(76.315)	(111.514)	(30.962)	(28.680)	(16.691)	(11.615)	(502.169)
Empréstimos e financiamentos	(4.398)	(103.880)	(4.978)	(6.764)	(49.807)	(5.111)	(189)	(2.619)	(42)	(177.787)
Passivo fiscal diferido	(1.992)	(757)	(145)	(427)	(2.498)	(131)	(284)	(8)	(176)	(6.418)
Passivos contingentes	(20.821)	(15.263)	(7.805)	(10.932)	(36.522)	(4.836)	(3.238)	(5.269)	(4.948)	(109.633)
Provisão para recuperação de ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total líquido de ativos identificáveis	(6.647)	(129.585)	(5.901)	(8.280)	(115.909)	(140)	(835)	2.986	(303)	(264.614)

Alocação do Intangível

Foram identificados os seguintes ativos intangíveis na aquisição do Grupo Nordeste: marca, grandes clientes, demais clientes e acordo de não competitividade.

Marca, a administração da Prosegur acredita que as marcas “Nordeste” e “Transbank” são reconhecidas no mercado representando um maior diferencial na linha de serviços de segurança. Com forte presença no mercado nordestino do Brasil, a Nordeste Segurança atua em toda região nordeste, com exceção do Estado do Maranhão. A Transbank por sua vez atua na região sul e sudeste do Brasil.

Em operação desde 1970, empresas atuam em 15 estados nas áreas de segurança eletrônica, patrimonial, pessoal, transporte de valores, processamento de valores, mão obra especializada.

Grandes Clientes e Demais Clientes: De acordo com a administração da empresa a Nordeste Segurança e Transbank possui uma carteira de clientes que pode ser dividida em 2 grupos: grandes clientes e demais clientes. No primeiro caso a carteira é composta por empresa de grande relevância no setor como Bradesco, Banco do Brasil, Itau Unibanco, Santander, Petrobrás, Vale do Rio Doce e outras empresas que juntas representam aproximadamente 60% da Receita do Grupo Nordeste em 2011. Os demais clientes (40%) se enquadram como tendo um relacionamento mais volátil.

Acordo de Não Competitividade: Existe um acordo de competitividade que os vendedores se comprometeram a se abster de não participar no mesmo mercado por 5 anos contados da data de fechamento da operação.

Foram reconhecidos IRPJ e CSLL Passivos Diferidos, que serão baixados conforme a realização dos intangíveis.

Os intangíveis identificados e a alocação abaixo mencionada foi elaborada por empresa independente.

Intangíveis alocados na incorporação

	<u>Grupo</u> <u>Nordeste</u>	<u>Prazo de</u> <u>Amortização</u> <u>(Anos)</u>
Marca	45.296	4
Carteira de clientes (Grandes)	360.819	18
Carteira de clientes (Outros)	113.860	10 - 14
Pacto de não competência	13.577	5
Total	533.552	

Incorporação da controlada Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda

Em maio de 2012 a controlada Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda. foi incorporada pela Companhia, conforme Assembleia Geral Extraordinária - AGE 02 de maio 2012. O acervo líquido da controlada foi avaliado por Peritos Independentes que emitiram Laudo de Avaliação Contábil, e tem a seguinte composição:

Descrição	Acervo líquido incorporado D(C.)
Caixa	1.808
Contas a receber	8.040
Impostos a recuperar	2.094
Seguros a apropriar	-
Almoxarifado	51
Depósitos judiciais	112
Outros ativos	219
Partes Relacionadas	25.000
Impostos Diferidos	357
Imobilizado	4.569
Intangível	-
Fornecedores	(406)
Empréstimos e Financiamentos	(2.386)
Salários e Encargos	(1.884)
Provisão de férias e encargos	(5.909)
Impostos e contribuições	(1.675)
Provisão para contingências	-
Outros passivos circulantes	(640)
Patrimônio Líquido	(29.348)

Incorporação das controladas do Grupo Nordeste

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 01 de agosto de 2012, foi deliberada a incorporação do acervo líquido da empresa Transbank Segurança e Transporte de Valores Ltda, baseando-se em instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação, bem como em Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido da incorporada, emitido por peritos independentes, na data-base de 30 de junho de 2012;

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 15 de outubro de 2012, foram deliberadas as incorporações dos acervos líquidos das demais empresas do Grupo Nordeste: Nordeste Segurança de Valores Paraíba Ltda, Nordeste Segurança de Valores Alagoas Ltda, Nordeste Segurança de Valores Rio Grande do Norte Ltda.; Nordeste Segurança de Valores Ceará Ltda.; Nordeste Segurança de Valores Bahia Ltda.; Nordeste Segurança de Valores Sergipe Ltda.; Nordeste Segurança de Valores Piauí Ltda.; Nordeste Transporte de Valores Ltda., com base em avaliação contábil suportada por laudo de avaliação emitido por peritos independentes, na data-base de 31 de agosto de 2012.

As incorporações tiveram como objetivo a racionalização, sinergia e ganho de escala das atividades operacionais, administrativas e comerciais.

Os montantes dos acervos líquidos incorporados pela Sociedade, em 01 de agosto de 2012, para a Transbank Segurança e Transporte de Valores Ltda, e em 01 de outubro de 2012 para as demais empresas do Grupo, podem ser assim sumariados:

Descrição	Acervo líquido incorporado
Caixa	69.276
Contas a receber	101.594
Impostos a recuperar	21.094
Seguros a apropriar	6.732
Almoxarifado	1.741
Depositos judiciais	35.880
Outros ativos	11.828
Partes Relacionadas	46.283
Impostos Diferidos	36.451
Imobilizado	55.195
Intangível	30.723
Fornecedores	(8.279)
Empréstimos e Financiamentos	(13.085)
Salários e Encargos	(33.493)
Provisão de férias e encargos	(59.682)
Impostos e contribuições	(109.190)
Provisão para contingências	(126.000)
Outros passivos circulantes	(16.544)
Patrimônio Líquido	(50.522)

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações na legislação societária e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria e Acionistas da Companhia em 28 de março de 2013.

As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

Conforme permitido pelo CPC 36 (R2) – Demonstrações Consolidadas, a Companhia não está apresentando as demonstrações financeiras consolidadas pelo fato de que sua controladora final no País, a Prosegur Holding e Participações S.A. está apresentando suas demonstrações financeiras consolidadas.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio do resultado. O custo histórico geralmente é baseado no valor nominal das contraprestações pagas em troca dos ativos.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à impostos diferidos, seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para créditos de liquidação duvidosa e passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Base de consolidação

i. Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Companhia utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle a Companhia leva em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis.

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (geralmente o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados do período.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidas como despesas à medida que são incorridos.

ii. Controladas e coligadas

As informações financeiras de controladas, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não

são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e saldos com partes relacionadas.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

c. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo corrigido até 31 de dezembro de 1995, com base em índices oficiais, e, a partir de 1º de janeiro de 1996, pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Ativos intangíveis

i. Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis. Para a

mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a nota explicativa 3(a)(i).

Mensuração subsequente

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Com relação às companhias investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e uma perda por redução ao valor recuperável em tal investimento não é alocada para nenhum ativo, incluindo o ágio, que faz parte do valor contábil das companhias investidas registradas por equivalência patrimonial.

ii. Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo nos ativos qualificáveis para os quais a data de início da capitalização é 1º de janeiro de 2009 ou posterior. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

iii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

iv. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

v. Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor

presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e os ativos arrendados não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

f. Estoques

Os estoques (almoarifado) são demonstrados ao custo médio das compras, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização.

Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro-rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Benefícios a empregados

i. Benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados auferirão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores; aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras sobre títulos de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia.

ii. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

i. Receita operacional

i. Serviços

A receita compreende o valor faturado pelos serviços prestados. A receita pela prestação de serviços de vigilância patrimonial e de transporte de valores, não faturadas, é reconhecida como contas a receber de clientes tendo como base mensal a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, de forma que as receitas se contraponham aos custos na competência adequada.

j. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito à Companhia de controlar o uso do ativo subjacente.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso o Grupo conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições de dividendos recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros

futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

m. Comprometimento do capital

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que compreendem apenas os pagamentos de empréstimos e financiamentos, conforme cronograma apresentado na nota explicativa 13.

4 Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A administração no Brasil juntamente com a administração da matriz na Espanha tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os diretores são responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas e diretrizes de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a

demografia da base de clientes da Companhia, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas. A provisão de perda coletiva é determinada com base em histórico de estatísticas de pagamento para ativos financeiros semelhantes. As transações vencidas há mais de 180 dias são analisadas pelo departamento de contas a receber a fim de identificar perdas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes, o qual é analisado periodicamente pela administração da Companhia.

Risco de mercado

O risco de mercado está associado a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos e passivos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A avaliação e controle deste risco são feitos periodicamente.

Gestão de capital

O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança da controladora, credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora as margens de lucro reais em relação aos retornos esperados para cada uma das linhas de serviços.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;

- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Caixa	37.951	33.949
Equivalentes de caixa	4.744	7.259
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	<u>42.695</u>	<u>41.208</u>

A exposição do grupo a riscos de taxas de juro para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 18. Os saldos de caixa e bancos, que compreendem basicamente saldos em conta-corrente, foram classificados como empréstimos e recebíveis. As aplicações financeiras referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário remunerados a aproximadamente 100% do Certificado de depósito bancário (CDI), podendo ser resgatadas a qualquer tempo como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

6 Contas a receber de clientes

	2012	2011
Clientes no país	279.820	159.927
Serviços a faturar	180.222	120.191
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.032)	(12.676)
Total	<u>441.010</u>	<u>267.442</u>

A composição do contas a receber, por vencimento, está demonstrada abaixo:

	2012	2011
A vencer	350.193	223.489
0 a 30 dias	43.171	20.706
31 a 60 dias	12.603	8.465
61 a 90 dias	7.579	6.139
91 a 180 dias	9.915	5.541
Mais de 181 dias	36.581	15.778
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.032)	(12.676)
Total	<u>441.010</u>	<u>267.442</u>

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

Saldo em 31/12/11	(12.676)
Créditos provisionados no exercício	(6.356)
Saldo em 31/12/12	<u>(19.032)</u>

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica despesas comerciais na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica de contas a receber de clientes relativos a provisão para créditos de liquidação duvidosa são realizados contra a baixa definitiva do título.

7 Ativos e passivos fiscais diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

Impostos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

	<u>Ativos</u>		<u>Passivos</u>		<u>Líquido</u>	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Ágio	244.114	48.243	-	-	244.114	48.243
Diferenças temporárias	47.378	38.575	-	-	47.378	38.575
Alocação de intangíveis	-	-	(217.946)	(36.094)	(217.946)	(36.094)
Reavaliação imobilizado	-	-	(1.012)	(1.514)	(1.012)	(1.514)
Impostos ativos (passivos)	<u>291.492</u>	<u>86.818</u>	<u>(218.958)</u>	<u>(37.608)</u>	<u>72.534</u>	<u>49.210</u>

8 Depósitos judiciais

Natureza dos processos	<u>2012</u>		<u>2011</u>	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Trabalhistas	68.297	-	20.269	23.845
Cíveis	12.372	53	4.384	5.359
Tributárias	-	38.394	-	19.632
	<u>80.669</u>	<u>38.447</u>	<u>24.653</u>	<u>48.836</u>

9 Créditos a receber de terceiros

Referem-se a pagamentos de liquidação e depósitos judiciais trabalhistas, envolvendo ex-empregados de empresa cujos ativos foram adquiridos em 2005. Existe saldo a pagar decorrente da aquisição e que está sendo objeto de discussão entre as partes quanto ao valor líquido final

devido, conforme cláusulas contratuais, tanto o crédito quanto o débito estão condicionados a decisão judicial.

10 Investimentos

Nenhuma das companhias contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas. As informações apresentadas abaixo não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Dados sobre as participações

	Part.(%)	Ativos Circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Lucro ou prejuízo	Res. Equiv. patrimonial	Valor Invest.
2011											
Prosegur Sistemas de Segurança Ltda.	1	15.261	15.130	30.391	9.411	3.893	13.304	17.087	6.299	63	171
Prosegur Administração de Recebíveis Ltda.	100	3.562	4.206	7.768	2.650	1.144	3.794	3.974	1.243	1.240	3.965
Centro de Treinamento Prosegur Ltda.	100	121	48	169	63	73	136	33	(39)	(39)	33
Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda	100	10.668	38.439	49.107	9.931	11.705	21.636	27.471	(7.622)	626	27.471
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	271
Total		29.612	57.823	87.435	22.055	16.815	38.870	48.565	(119)	1.890	31.911
2012											
Prosegur Sistemas de Segurança Ltda.	1,00	18.377	20.382	38.759	10.063	3.546	13.609	25.150	8.112	81	251
Prosegur Administração de Recebíveis Ltda.	99,79	1.879	4.694	6.573	1.077	1.433	2.510	4.063	90	90	4.055
Centro de Treinamento Prosegur Ltda.	99,62	306	-	306	85	242	327	14	(19)	(20)	14
Nordeste Segurança de Valores Paraíba Ltda.	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	7.072	-
Nordeste Segurança de Valores Alagoas Ltda	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	4.949	-
Nordeste Segurança de Valores RG. do Norte Ltda	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	5.412	-
Nordeste Segurança de Valores Piauí Ltda	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	3.311	-
Nordeste Segurança de Valores Ceará Ltda	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	3.149	-
Nordeste Segurança de Valores Bahia Ltda	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	10.379	-
Nordeste Segurança de Valores Ltda	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	4.174	-
Nordeste Segurança de Valores Sergipe Ltda	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1.820	-
Transbank Segurança e Transporte de Valores Ltda	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1.664	-
Fiel Vigilância e Transporte	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	2.098	-
Total		20.562	25.076	45.638	11.225	5.221	16.446	29.227	8.183	44.179	4.320

11 Imobilizado

Custo do imobilizado bruto	Terrenos, edificações e construções	Máquinas, equiptos. e armamentos	Móveis e utensílios	Veículos carros fortes	Equiptos. de process. de dados	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizações em curso	Outros	Total
Saldos em 31/12/2010	14.061	92.915	17.752	112.253	26.643	46.403	37.934	5.780	353.741
Adições	-	100	51	-	-	-	41.474	-	41.625
Transferências	12.577	8.832	2.694	9.105	3.790	3.818	(40.827)	11	-
Baixas	-	(855)	(52)	(5.132)	(313)	-	(613)	(255)	(7.220)
Aquisições de empresas	-	-	478	-	-	-	(578)	-	(100)
Saldos em 31/12/2011	26.638	100.992	20.923	116.226	30.120	50.221	37.390	5.536	388.046
Adições	-	-	-	-	-	-	42.408	-	42.408
Transferências	10.029	17.482	2.807	-	1.372	8.737	(41.112)	537	(148)
Baixas	(1)	(1)	(8)	-	(63)	-	(3.764)	(619)	(4.456)
Aquisições de empresas	15	37.930	5.085	92.885	6.338	6.401	5.800	494	154.948
Saldos em 31/12/2012	36.681	156.403	28.807	209.111	37.767	65.359	40.722	5.948	580.798

	Terrenos, edificações e construções	Máquinas, equiptos. e armamentos	Móveis e utensílios	Veículos carros fortes	Equiptos. de process. de dados	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizações em curso	Outros	Total
Depreciação acumulada									
Saldos em 31/12/2010	1.238	49.329	12.247	66.800	17.274	24.254	-	3.760	174.902
Depreciação e amortização	364	8.641	1.013	11.806	4.139	4.163	-	488	30.614
Baixas	-	(224)	(5)	(4.413)	(104)	(37)	-	(227)	(5.010)
Saldos em 31/12/2011	1.602	57.746	13.255	74.193	21.309	28.380	-	4.021	200.506
Depreciação e amortização	932	10.617	1.321	14.517	4.311	5.018	-	469	37.185
Baixas	-	(1)	(7)	(603)	(64)	-	-	(10)	(685)
Aquisições de empresas	-	16.965	5.737	64.565	3.706	-	-	120	91.093
Saldos em 31/12/2012	2.534	85.327	20.306	152.672	29.262	33.398	-	4.600	328.099
Imobilizado líquido									
Saldo em 31/12/2011	25.036	43.246	7.668	42.033	8.811	21.841	37.390	1.515	187.540
Saldo em 31/12/2012	34.147	71.076	8.501	56.439	8.505	31.961	40.722	1.348	252.699

12 Intangível

	<u>Carteira de clientes</u>	<u>Fundo de comércio</u>	<u>Licença de uso de software</u>	<u>Marcas, direitos e patentes</u>	<u>Desenv. de informática</u>	<u>Acordo não competitivo</u>	<u>Total</u>
Custo do Intangível Bruto							
Saldos em 31/12/2010	213.255	39.978	28.255	13.776	4.824	1.430	301.518
Adições	-	70.967	6.312	-	6.741	-	84.020
Transferências	-	-	2.363	-	(2.363)	-	-
Baixas	-	(5.000)	-	-	(108)	-	(5.108)
Saldos em 31/12/2011	213.255	105.945	36.930	13.776	9.094	1.430	380.430
Adições	523.032	271.728	-	46.849	2.746	898	845.253
Transferências	-	-	3.884	-	(3.740)	-	144
Baixas	-	(98.264)	-	-	308	-	(97.956)
Saldo empresa incorporada	-	31.351	3.199	-	3.140	-	37.690
Saldos em 31/12/2012	736.287	310.760	44.013	60.625	11.548	2.328	1.165.561

	Carteira de clientes	Fundo de comércio	Licença de uso de software	Marcas, direitos e patentes	Desenv. de informática	Acordo não competiti- vidade	Total
Amortização Acumulada							
Saldos em 31/12/2010	38.524	21.588	15.875	7.168	-	429	83.584
Amortização	15.578	-	5.369	4.400	-	286	25.633
Saldos em 31/12/2011	54.102	21.588	21.244	11.568	-	715	109.217
Amortização	44.391	-	5.871	12.931	-	496	63.689
Incorporação empresa	-	2.271	1.512	-	-	-	3.783
Saldos em 31/12/2012	98.493	23.859	28.627	24.499	-	1.211	176.689
Intangível líquido							
Saldos em 31/12/2011	159.153	84.357	15.686	2.208	9.094	715	271.213
Saldos em 31/12/2012	637.794	286.901	15.386	36.126	11.548	1.117	988.872

‘

Além dos ativos intangíveis mencionados anteriormente, como advindos de combinações de negócios, registraram-se gastos com aquisições no ano de 2005 das carteiras de clientes de empresas concorrentes, com operações nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, os quais estão sendo amortizados, de forma linear, de acordo com o período de vida útil determinado com base em estudo desenvolvido por empresa especializada, cujas taxas variam de 5% a 8,93% ao ano, de acordo com a carteira envolvida. Também registraram-se os gastos com aquisição e desenvolvimento de software, amortizados pelo método linear a taxa de 20% ao ano. A Companhia efetuou a revisão das taxas de amortização acima referidas e não houve a necessidade de alteração das mesmas.

Teste de redução ao valor recuperável do ágio

O teste de redução ao valor recuperável do ágio (Fundo de Comércio) foi baseado no valor justo menos as despesas de vendas. O valor justo menos despesas de vendas foi determinado com base nas projeções de fluxos de caixa descontadas a valor presente e não indicou a necessidade de perda do valor recuperável.

13 Arrendamento mercantil e empréstimos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota explicativa 17.

	2012	2011
Passivo circulante		
Arrendamento mercantil	6.188	10.471
Empréstimos - Capital de giro	45.145	-
Total	51.333	10.471
Passivo não circulante		
Arrendamento mercantil	4.432	6.970
	4.931	-
Total	9.363	6.970

Termos e cronograma de amortização da dívida

	Moeda	Ano de vencimento	2012		2011	
			Valor de face	Valor contábil	Valor de face	Valor Contábil
Arrendamento mercantil	R\$	2013	6.924	6.924	-	-
	R\$	2014	2.671	2.671	17.441	17.441
	R\$	2015	1.025	1.025	-	-
Total passivos com arrendamento			10.620	10.620	17.441	17.441

Determinados contratos de arredamento mercantil são firmados de forma irretatáveis, sujeitos a encargos de CDI mais juros de 0,85% a 2,1% ao ano, contendo clausula de opção de compra, cuja última parcela está prevista para o ano de 2015. Os contratos estão garantidos por aval, nota promissória e pelos bens adquiridos.

14 Debêntures

	2012	2011
Empresa Emitente		
Prosegur Brasil S/A – Transportadora de Valores e Segurança	230.000	-
Custo com as captações	2.668	-
Total	232.668	-
Parcela do Circulante	42.004	-
Parcela do Não Circulante	190.664	-

Em 11 de abril de 2012, foi formalizado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão de Debêntures Simples, no montante de R\$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais), não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação da Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança. Os recursos obtidos pela emissora por meio de oferta pública restrita foram destinados prioritariamente para liquidação do empréstimo ponte tomado pela emissora junto aos Coordenadores e/ou empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico dos Coordenadores, para pagamento da 1ª parcela do preço de aquisição do Grupo Nordeste e o saldo remanescente foi destinado para aquisição e reperfilamento da dívida das empresas Nordeste Segurança de Valores Paraíba Ltda., Nordeste Segurança de Valores Alagoas Ltda., Nordeste segurança de Valores Rio Grande do Norte Ltda., Nordeste Segurança de Valores Ceará Ltda., Nordeste Segurança de Valores Bahia Ltda., Nordeste Segurança de Valores Sergipe Ltda., Nordeste Segurança de Valores Piauí Ltda., Nordeste Transporte de Valores Ltda., e Transbank Segurança e Transporte de Valores Ltda.

As Debêntures, não conversíveis em ações da Emissora, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas e certificados, tem prazo de 05 (cinco) anos a contar da data de emissão, vencendo, portanto, em 07 de março de 2017. O valor nominal unitário de cada Debênture foi de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na data de emissão, respeitando o disposto no inciso II, artigo 4º da Instrução CVM 476, tendo sido, portanto, emitidas 230 (duzentas e trinta) debêntures. O Valor nominal unitário das Debêntures será amortizado em 9 (nove) parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira parcela amortizada no 07 de março de 2013 e a última parcela amortizada na data de vencimento, conforme indicado a seguir.

Parcela	Data de Amortização	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unit
1	07/03/2013	11,12%
2	07/09/2013	5,56%
3	07/03/2014	5,56%
4	07/09/2014	5,56%
5	07/03/2015	5,56%
6	07/09/2015	16,66%
7	07/03/2016	16,66%
8	07/09/2016	16,66%
9	07/03/2017	16,66%
		100,00%

A Escritura foi celebrada com base na deliberação da Assembléia Geral Extraordinária da emissora, realizada em 28 de março de 2012, sendo que para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures foi 07 de março de 2012. As Debêntures foram objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme locação para a totalidade das Debêntures, de forma não solidária, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Santander (Brasil) S.A.

O banco mandatário da Emissão foi o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, capital. A oferta restrita foi realizada nos termos da Instrução CVM 476, estando dispensada do registro de distribuição pública perante a CVM e não será objeto de registro na ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º do código ANBIMA.

As Debêntures foram registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por de Módulo de Distribuição de Títulos e Modulo Nacional de Debêntures e somente poderão ser negociadas nos mercados de valores mobiliários, entre investidores qualificados definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do 109 da instrução CVM nº 409 de 2004.

O valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da datada primeira subscrição e integralização das Debêntures correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos, interfinanceiros de um dia expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 dias uteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de uma sobretaxa de 2,30% ao ano , com base em um ano de 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures e pagos ao final de cada Período de Capitalização.

A Remuneração será paga semestralmente, a partir de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 07 de setembro de 2012. Farão jus à remuneração os titulares de Debêntures ao final do dia útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

A Prosegur Companhia de Seguridad S.A. (Garantidora Espanhola e, em conjunto com as Garantidoras Brasileiras) prestou, por meio de uma Letter of guarantee constituída de acordo com as leis da Espanha, garantia fidejussória em favor dos titulares das Debêntures, obrigando-se como garantidora e principal pagadora, solidariamente responsável com a emissora e com as garantidoras brasileiras, pelo pagamento das obrigações garantidas. Valor total da emissão de R\$230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais). As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, à vista, em moeda corrente nacional de acordo com as normas de liquidação aplicáveis a CETIP.

A escritura de emissão estabelece algumas condições que, em caso de descumprimento durante o período de vigência, podem acarretar no vencimento antecipado das Debêntures, dentre elas destacam-se as seguintes:

- Relação entre Dívida Líquida e Ebtida da garantidora Espanhola seja superior a 3,0 (três inteiros) e
- Relação entre EBITDA e a Despesa Financeira líquida da garantidora espanhola seja inferior a 5,0 (cinco inteiros).

O agente fiduciário fará anualmente a medição de referidos índices financeiros com base nos demonstrativos financeiros consolidados e auditados da Garantidora Espanhola. A Garantidora Espanhola obriga-se a apresentar ao Agente Fiduciário referediso demonstrativos financeiros no prazo de até 5 (cinco) dias corridos a contar da divulgação ao mercado das demonstrações financeiras da Garantidora Espanhola.

Em 31 de dezembro de 2012 os índices acima mencionados estão sendo cumpridos pela Companhia.

15 Benefícios a empregados

A Companhia não possui plano de benefícios previdenciários, concede apenas planos de assistência médica e seguro de vida em grupo.

16 Provisões para contingências

	Contingências			Total
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	
Saldos em 31/12/10	27.131	6.139	76.141	109.411
Adições	17.821	3.066	61.390	82.277
Baixas - pagamentos	(88)	(1.547)	(22.036)	(23.671)
Reversões	(698)	(2.506)	(15.324)	(18.556)
Outros	2.645	(25)	(164)	2.484
Saldos em 31/12/11	46.811	5.127	100.007	151.945
Adições	24.941	19.478	36.735	81.154
Saldo rec.empresa incorporada	5.742	636	18.356	24.734
Baixas - pagamentos	(1.962)	(1.356)	(36.006)	(39.324)
Reversões	-	(3.250)	(8.808)	(12.058)
Transferencias	6.752	-	75	6.827
Carga saldo NE	32.738	4.917	86.586	124.241
Saldos em 31/12/12	115.022	25.552	196.945	337.519
Circulante	-	5.225	64.787	70.012
Não circulante	115.022	20.327	132.158	267.507

As provisões para passivos contingentes são destinadas a cobrir eventuais perdas em questões trabalhistas, cíveis e fiscais, que estão em andamento, nas diversas esferas administrativas e jurídicas. As provisões para eventuais perdas consideradas prováveis decorrentes de passivos contingentes são estimadas e atualizadas pela administração, amparadas na opinião de seus assessores legais.

A Companhia tem ações de natureza tributária e cível envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 10.274 (2011 – R\$ 61.377), para as quais não há provisão constituída.

17 Obrigações por compra de participações

Referem-se as parcelas finais de pagamentos decorrentes dos contratos de aquisição de empresas. O montante devido pela aquisição da Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda. atualizado pela taxa equivalente a variação de 100% do CDI.

	2012	2011
Norsergel Vigilância e Transporte de Valores S.A.	-	10.490
Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda.	8.762	55.800
Transpev Transporte de Valores e Segurança Ltda. (a)	-	32.812
	<u>8.762</u>	<u>99.102</u>
Circulante	2.000	58.174
Não Circulante	6.762	40.928

As parcelas de longo prazo possuem os seguintes vencimentos:

	2012	2011
2013	-	2.029
2014	2.254	2.029
2015	2.254	2.029
2016	2.254	2.029
Montante referente à Transpev Transporte de Valores e Segurança Ltda. (1)	-	32.812
	<u>6.762</u>	<u>40.928</u>

Em dezembro de 2012 foi realizada cessão de dívida para sua controladora TSR Participações Societárias S.A.

18 Instrumentos financeiros

Riscos de crédito

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2012	2011
Empréstimos e recebíveis (Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e Partes relacionadas)	<u>683.263</u>	<u>345.618</u>
Total	<u>683.263</u>	<u>345.618</u>

Perdas por redução no valor recuperável

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos empréstimos e recebíveis durante o ano foi o seguinte:

	2012	2011
Saldos em 1º de janeiro	12.676	8.772
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>6.356</u>	<u>3.904</u>
Saldos em 31 de dezembro	<u>19.032</u>	<u>12.676</u>

Com base nas taxas de inadimplência históricas, a Companhia acredita que nenhuma provisão para redução no valor recuperável é necessária com relação a contas a receber de clientes não vencidas ou vencidas até 180 dias.

Risco de liquidez

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	2012	2011
Passivo financeiro não derivativo		
Fornecedores	86.622	53.354
Arrendamento mercantil	10.620	17.441
Empréstimos	50.076	-
Obrigações por compra de participações	8.762	99.102
Partes relacionadas	<u>1.873</u>	<u>26.680</u>
Total	<u>157.953</u>	<u>196.577</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. Veja abaixo o cronograma de vencimento do passivo financeiro da Companhia:

31 de dezembro de 2012 <i>Em Reais</i>	Valor Contábil	12 meses ou menos	1 - 2 anos	Acima 2 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	86.622	86.622	-	-
Arrendamento mercantil	10.620	6.924	2.671	1.025
Obrigações por compra de participações	8.762	2.000	4.000	2.762
Partes relacionadas	1.873	-	1.873	-
Total	107.877	95.546	8.544	3.787

Risco de mercado

Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros com taxa variável era:

	2012	2011
Ativos financeiros (Equivalentes de caixa)	-	7.279
Passivos financeiros (Arrendamento mercantil e Obrigações por compra de participações)	19.382	116.543
Total	19.382	123.822

Risco cambial

Os riscos com moeda estrangeira estão associados às transações com a controladora final Prosegur Cia. de Seguridad S.A., sediada na Espanha, cujos valores a pagar e a receber correspondem a R\$ 20.817 e R\$ 132.824, respectivamente (R\$ 15.441 e R\$ 4.651 respectivamente, em 2011) e que estão contratados em Euros.

Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	2012		2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	42.695	42.695	41.208	41.208
Contas a receber de clientes	441.010	441.010	267.442	267.442
Arrendamento mercantil	10.620	10.620	17.441	17.441
Empréstimos	50.076	50.076	-	-
Fornecedores	86.622	86.622	53.354	53.354
Partes relacionadas	1.873	1.873	26.680	26.680

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Equivalentes de caixa** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração ser baseadas na variação do CDI.
- **Contas a receber de clientes, Fornecedores e Partes relacionadas** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante.

Arrendamento mercantil e empréstimos - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

19 Partes relacionadas

Controladora e controladora final

A controladora da Companhia no Brasil é a Prosegur Holding e Participações S.A. sendo que a controladora final é a Prosegur Cia. de Seguridad S.A. sediada na Espanha.

Operações com pessoal-chave da administração

Remuneração de pessoal-chave da administração

O montante dos gastos incorridos com honorários e encargos sociais dos administradores em 2012 foi de **R\$ 8.395**.

Outras transações com partes relacionadas

	Débito (crédito)					
	2012			2011		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Controladoras						
Prosecur Cia. de Seguridad S.A.	125.519	-	(947)	4.651	(15.441)	5.348
TSR Participações Sociárias S. A.	14.976	-	1	2.237	-	-
Prosecur Holding e Participações S.A	20	-	-	-	-	-
Coligadas						
Setha Indústria Eletrônica Ltda.	2.038	-	-	6.344	-	-
Prosecur Tecnologia em Sist. de Seg. e Inc. Ltda.	39.439	-	(595)	19.465	-	-
Prosecur Gestão de Ativos Ltda	6.964	(1.764)	-	-	-	-
Prosecur Activa Alarmes Ltda	9.621	-	(9.670)	-	-	-
Controladas						
Prosecur Sistemas de Segurança Ltda.	-	-	35	1.809	(7.343)	-
Ctp Centro de Treinamento Prosecur Ltda	-	-	-	-	-	-
Prosecur Adm. De Recebíveis Ltda	-	-	-	-	-	-
Digipro Processamento de Doc. e Valores Ltda	-	-	-	-	-	-
Nordeste Segurança Eletrônica Ltda	-	-	-	-	-	-
Norsergel Vigilância e Transporte de Valores S.A	-	-	-	-	-	-
Outras	981	(109)	5	2.462	(3.896)	-
	<u>199.558</u>	<u>(1.873)</u>	<u>(11.171)</u>	<u>36.968</u>	<u>(26.680)</u>	<u>5.348</u>

As obrigações liquidas com a controladora indireta Prosecur Cia. de Seguridad S.A. se referem a operações de mútuos os quais são atualizados pela variação do Euro. Os créditos mantidos com a Setha e Prosecur Tecnologia, decorrem de empréstimos de mútuo corrigidos pelo CDI. As demais transações com partes relacionadas se referem substancialmente a contas correntes entre empresas do grupo, as quais são corrigidas pela TJLP. Os contratos de mútuos possuem data de vencimento por prazo indeterminado.

As operações que afetam o resultado incluem a parcela aplicável à Prosecur Brasil referente às despesas corporativas rateadas pela controladora indireta Prosecur Cia. de Seguridad S.A, assim também como rateio de despesas corporativas local.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 430.736 era composto de ações nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

Acionistas	Quantidade de ações (milhares)			% Partic.
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
TSR Participações Societárias S.A.	96.600	47.344	143.944	100,00
Outros	-	5	5	0,00
	<u>96.600</u>	<u>47.349</u>	<u>143.949</u>	<u>100,00</u>

b. Adiantamentos para Aumento de Capital

Todos os adiantamentos para aumento de capital efetuados em 2012 pela Controladora TSR Participações Societárias S.A. foram objeto de efetiva capitalização, conforme Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 31 de janeiro de 2013 e podem ser assim sumariados:

- R\$ 98.647 – depósito à vista em 24 de abril de 2012 pela Controladora TSR.
- R\$ 121.832 – cessão de créditos mantidos pela controladora TSR Participações Societárias S/A junto à Prosegur Cia de Seguridad.
- R\$ 4.255 – cessão de dívida à controladora TSR a qual era mantida com a Prosegur Administração de Recebíveis Ltda.
- R\$ 7.167 – cessão de dívida à controladora TSR a qual era mantida com a Prosegur Sistemas de Segurança Ltda.
- R\$ 18.308 – cessão de dívida à controladora TSR a qual era mantida com a Prosegur Holding e Participações S.A.
- R\$ 22.119 - cessão de dívida à controladora TSR envolvendo operações de transfer pricing, pagamento de royalties e serviços a sociedade coligada no exterior.
- R\$ 396.662 - cessão de dívidas da Companhia, decorrentes de aquisição de ativos, cotas societárias, formalizados perante terceiros, envolvendo empresas Transpev Transporte de Valores Ltda., Norsergel Vigilância e Transporte de Valores S.A e Grupo Nordeste.

c. Reserva de lucros

- **Reserva legal**

A reserva legal foi constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76.

- **Reserva de reavaliação**

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, da controladora e das subsidiárias e coligadas, anteriores a 31 de dezembro de 2007.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação, baixa, ou constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários.

- **Reserva de retenção de lucros**

O saldo remanescente dos lucros gerados até o exercício de 2011 no montante de R\$ 237.001 e o do exercício atual no montante de R\$ 268.271, permanecem à disposição dos acionistas para deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

d. Dividendos e juros sobre capital próprio

Exercício de 2012

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O cálculo dos dividendos do exercício pode ser assim demonstrado:

Lucro líquido do exercício	158.083
Reserva legal	(6.480)
Base de cálculo dos dividendos	151.603
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	37.901
Dividendo a distribuir	37.901

Em reunião da diretoria realizada em 26 de novembro de 2012, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio, no montante global de R\$ 28.482 e aprovada distribuição antecipada de dividendos, no montante de R\$ 94.223. Tais deliberações foram tomadas com base no resultado apurado em balanço intermediário, levantado em 31 de outubro de 2012, bem como lucros gerados em anos anteriores.

Juros sobre capital	28.482
Dividendos sobre lucros gerados em anos anteriores	56.322
Dividendos mínimo obrigatório de 2012	37.901
Total dos dividendos propostos	122.705

Exercício de 2011

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei.

No ano de 2011 não houve deliberação para distribuição de dividendos.

21 Receita operacional

	2012	2011
Receita bruta	2.220.047	1.623.929
Menos:		
Impostos sobre vendas	(227.514)	(162.270)
Devoluções e abatimentos	(48.069)	(47.863)
Total de receita líquida	<u>1.944.462</u>	<u>1.413.796</u>

22 Receitas financeiras e despesas financeiras reconhecidas na demonstração de resultados

	2012	2011
Juros sobre aplicações financeiras	4.420	574
Ganho de variação cambial líquida	5.529	558
Outras receitas financeiras	<u>1.789</u>	<u>1.877</u>
Receitas financeiras	<u>11.738</u>	<u>3.009</u>
Despesas de juros	(46.097)	(9.631)
Outras despesas financeiras	<u>(9.863)</u>	<u>(7)</u>
Despesas financeiras	<u>(55.960)</u>	<u>(9.638)</u>
Despesas financeiras líquidas	(44.222)	(6.629)

23 Despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social:

	2012	2011
Lucro contábil antes dos impostos	201.334	142.492
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	68.454	48.447
Adições / exclusões permanentes		
Resultado de equivalência patrimonial	(15.021)	(643)
Juros sobre capital próprio	(9.684)	-
Outros	(498)	677
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	43.251	48.481
Alíquota efetiva	34%	34%

24 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25 Evento subsequente

Em 31 de janeiro de 2013 foi realizada a Assembléia Geral Extraordinária, que deliberou o aumento do capital social da Companhia, em R\$ 668.990, passando o mesmo de R\$ 332.089 para R\$ 1.001.079, mediante a capitalização dos adiantamentos para aumento de capital, conforme nota 20, letra b.

* * *

DIRETORIA

Carlos Eduardo Escobal

Aprígio Rello Júnior

José Ascânio Ferreira

Denilson Colodetti Pinheiro

Responsável Técnico

Ricardo S. de Alencar Arraes
Gerente Corporativo Contábil Fiscal
CRC-MG 050.026/O-6